

Minding the Gap II:

Os Desafios da Nova Política Externa Brasileira para a Arquitetura de Segurança Regional

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Maio 2023



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável



O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Sobre os autores

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, na área de concentração: Paz, Defesa e Segurança (2016). Pesquisadora visitante em Maxwell School Syracuse University (2015). Pesquisadora do NUPRI-USP. Docente na FECAPSP, onde também é coordenadora do curso de Graduação em Relações Internacionais e coordenadora do curso de Pós-Graduação em Negócios Internacionais. É sócia da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), sócia da International Studies Association (ISA). Na ABRI é membro da Diretoria, e na ABED é coordenadora da Área Temática: Segurança Internacional e Defesa. E-mail: marilia.pimenta@fecap.br

Índice

Sumário Executivo.....	6
Introdução.....	8
Metodologia.....	8
Antecedentes.....	8
Principais contornos da Segurança Regional.....	8
Expectativas para a Nova Política Externa Brasileira.....	9
Segurança Regional e desafios remanescentes.....	10
Recomendações.....	14
Considerações Finais.....	15
Referências Bibliográficas.....	16

Sumário Executivo

- O Brasil possui reconhecido histórico de liderança em matéria de segurança regional. Ao longo de todo o século XX buscou desempenhar o papel de **“liderança pacífica”** na região, ao mesmo tempo em que consolidou suas fronteiras, seja ao Sul, na região da Bacia do Prata, seja ao Norte, na fronteira amazônica. Entre os inúmeros desafios que permanecem como sendo prioritários na agenda da Política Externa Brasileira, sabe-se que a estabilização, vigilância e monitoramento das fronteiras terrestres seguem sendo uma busca permanente.
- Já em um novo momento político, em meados dos anos 2000, em que a região apresentou uma grande convergência político-ideológica, o Brasil buscou ainda mais autonomia e liderança regional, e criou-se, assim a **União das Nações Sul-Americanas UNASUL**, formada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Além de ser um locus para a integração política, em infraestrutura, energia e meio ambiente, a UNASUL contou com dispositivos institucionais para articular e solucionar problemas comuns em matéria de segurança
- Já o **Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)** foi criado em 2008, no âmbito da UNASUL, e foi considerado, à época, um projeto inovador em termos de cooperação e coordenação militar no continente sul-americano.
- Durante os quatro anos de governo Bolsonaro no poder, houve a **desarticulação dos processos de integração regional** criados nas gestões anteriores. Entre tais processos, vale destacar que em 2019 Bolsonaro encerrou as atividades da UNASUL.
- A Política Externa do novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá buscar a **gradual reinserção do Brasil em diversos debates importantes em nível global**, porém terá um olhar muito especial para a América Latina. É o Brasil retomou a UNASUL em 06/04/2023.
- Os principais desafios para a segurança regional permanecem sendo de **ordem transnacional, vinculados ao tráfico internacional de drogas, bem como questões ligadas à mineração e garimpo ilegal**, o que causa uma série de prejuízos ambientais e danos às comunidades locais: ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pesqueiras, entre outras.
- **Percebe-se que a América do Sul é a região onde houve maior percentual de drogas apreendidas, representando 61%**, segundo dados da ONU, 2022. Os países que mais observaram apreensões foram a Colômbia, Estados Unidos, Equador e Brasil. Isso significa que as drogas circulam com maior intensidade na região, em proximidade às zonas de cultivo.
- As consequências deste fenômeno foram inúmeras para as condições de segurança da América do Sul. Uma chamada **“crise de governança”** se instaurou, sobretudo na região amazônica, com a confluência de operações vinculadas ao narcotráfico, ao garimpo ilegal e à pesca; que geraram violência e conflitos contra comunidades locais. Entre os casos mais agudos, estão as comunidades Yanomamis.

- **A Bacia Amazônica tem mais de 4,5 mil locais de mineração ilegal.** A Amazônia brasileira tem 321 minas de ouro ilegais, ativas e inativas, identificadas nos nove estados que formam a Bacia Amazônica brasileira. **O desmatamento da Amazônia aumentou 25% no primeiro semestre de 2020** e a contribuição da atividade mineradora para as taxas de desmatamento aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em territórios indígenas, de acordo com dados registrados até 10 de junho de 2020 (INPE). O desmatamento se concentrou em territórios indígenas onde entre 2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107%.
- Assim, observa-se que a região da Amazônia legal tem sido um **hub de operações ilegais que se sobrepõem entre si**, e cada vez, percebe-se que há conexões entre o garimpo e o narcotráfico; exigindo, portanto, soluções adequadas, rápidas e integradas, a partir de esforço conjunto entre os países da região.

Introdução

O presente *Policy Paper* é o segundo de uma série de *Policy Papers* que serão entregues pelo GT de Segurança Internacional e Regional, do Módulo da Cátedra Jean Monnet FECAP-SP. O intuito desta segunda versão é identificar as tendências que se anunciam para a nova política externa brasileira, em matéria de segurança regional. Busca-se, por fim, apontar os principais desafios que a região deverá enfrentar nos próximos anos e, por meio de recomendações, destacar ações necessárias. O Paper inicia sua reflexão apontando para os antecedentes em matéria de integração política na região, e em especial, antecedentes institucionais que buscaram adensar a integração em segurança regional. Em especial, a iniciativa da União das Nações Sul-Americanas UNASUL, e seu Conselho Sul-Americano para o Problema Mundial das Drogas (CSPMD), bem como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Na sequência, faz-se uma análise dos anos de governo Bolsonaro e o processo de desarticulação que se seguiu em seu governo, bem como se apresentam os primeiros contornos e expectativas em torno do governo Lula e sua nova Política Externa. No desenvolvimento deste *Policy Paper*, dados são apresentados para oferecer um panorama dos problemas das drogas na região, aumento da violência e taxas de homicídio na região da Amazônia legal, bem como dados alarmantes sobre o garimpo ilegal nas fronteiras amazônicas.

Finalmente, se apresentam medidas urgentes que precisam ser tomadas pelo governo brasileiro, a fim, não só de retomar diálogos e cooperações pré-existentes, mas também no sentido de adensar a cooperação no nível local, com a participação de multi setores, incluindo atores vinculados à segurança pública desses países.

Metodologia

Este *Policy Paper* partiu da análise de dados primários, documentos oficiais, relatórios especializados, artigos de jornal, uma entrevista com um militar colombiano, feita em março de 2023, e análises de autores especializados em segurança internacional. Para esta segunda versão, tem-se um diagnóstico e uma análise de conjuntura, com a identificação de desafios remanescentes e que se adensaram nos anos de pandemia: especificamente o narcotráfico e o garimpo ilegal, com explosões de violência, envolvendo atores armados não-estatais e comunidades locais, especialmente indígenas Yanomami. A identificação de tais desafios será

fundamental para compreender a arquitetura de segurança da América do Sul, que tem sido redefinida, entre outros fatores, pela retomada da liderança brasileira na região.

Antecedentes

O Brasil possui reconhecido histórico de liderança em matéria de segurança regional. Ao longo de todo o século XX buscou desempenhar o papel de “liderança pacífica” na região, ao mesmo tempo em que consolidou suas fronteiras, seja ao Sul, na região da Bacia do Prata, seja ao Norte, na fronteira amazônica. Entre os inúmeros desafios que permanecem como sendo prioritários na agenda da Política Externa Brasileira, sabe-se que a estabilização, vigilância e monitoramento das fronteiras terrestres seguem sendo uma busca permanente.

O contexto da democratização foi crucial no sentido de consolidar mecanismos de cooperação em matéria de segurança. Nesse sentido, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe (Grupo do Rio), criado em 1986, consolidava uma iniciativa entre Brasil, Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela; e foi um mecanismo de consulta que vinculava a discussão e deliberação sobre temas de segurança aos necessários sistemas democráticos dos países envolvidos.

Neste mesmo contexto, a criação do MERCOSUL, em 1991, via protocolo de Assunção, consolidou a integração do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai e, em 1998, via Protocolo de Ushuaia, os membros reafirmam seu compromisso enquanto bloco e se comprometem com a manutenção e aprofundamento democrático entre seus países. Em paralelo, em 1991, Brasil e Argentina protagonizaram um dos maiores processos institucionais de geração de confiança mútua em matéria de segurança: Acordo de Guadalajara para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear entre Brasil e Argentina. Entre suas inovações, o Acordo determinou a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), selando, assim, o compromisso de utilização de tecnologia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Principais contornos da Segurança Regional

Já em um novo momento político, em meados dos

anos 2000, em que a região apresentou uma grande convergência político-ideológica, o Brasil buscou ainda mais autonomia e liderança regional, e criou-se, assim a União das Nações Sul-Americanas UNASUL, formada por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Além de ser um locus para a integração política, em infraestrutura, energia e meio ambiente, a UNASUL contou com dispositivos institucionais para articular e solucionar problemas comuns em matéria de segurança¹.

Um deles foi o Conselho Sul-Americano para o Problema Mundial das Drogas (CSPMD), criado em 2009, durante a III Reunião Ordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado da Unasul com o nome original de Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico. O principal objetivo do mecanismo foi a criação de um instrumento jurídico regional para o enfrentamento da questão da droga na América do Sul. Em suma, buscou-se a institucionalização de um instrumento que promovesse a articulação, gerenciamento e coordenação regional para questões relacionadas a toda a cadeia produtiva de narcóticos, desde seu cultivo, passando pela comercialização e chegando até a lavagem de dinheiro.

A criação do CPMD buscou, todavia, manter a soberania estatal quanto ao tema, porém previa a harmonização de políticas públicas dos Estados e ações em foco na elaboração de estratégias, planos e mecanismos de cooperação para o tratamento integral do narcotráfico e (ii) edificação de uma identidade sul-americana e um mecanismo de cooperação institucional que apresentasse alternativas na luta contra esse problema, por meio do diálogo e consensos (CASTRO, 2015; Lyra; Elias, 2015).

Já o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) foi criado em 2008, no âmbito da UNASUL, e foi considerado, à época, um projeto inovador em termos de cooperação e coordenação militar no continente sul-americano. O CDS teve como objetivo primordial a criação de um mecanismo regional de diálogo sobre as temáticas defesa, segurança e cooperação militar, com foco em interações regulares entre autoridades de defesa de cada país, gerando, assim, bases sólidas para a confiança mútua e comunicação intrarregional em momentos críticos. Nesse sentido, o CDS conferiu aos 12 países do continente sul-americano, um conjunto de ferramentas que tornou viável a organização e gerenciamento de temas ligados à esfera militar, em um continente extremamente assimétrico em termos de potência militar, e que enfrenta problemas estruturais sobre defesa e segurança (Abdul-Hak, 2013).

Diante da mais grave crise recente diplomática

envolvendo dois países da América do Sul, quando em 2008 a Colômbia invadiu o território equatoriano na província de Sucumbios e atacou um acampamento das FARC, teve acesso aos computadores contendo inúmeras informações, e o líder das FARC naquele momento, Raúl Reyes, foi assassinado. Nesse episódio, o Brasil teve participação como mediador, ao lado da Argentina, Peru e Panamá. E vale destacar que esta crise fronteiriça intensificou os arranjos para que o Conselho de Defesa Sul-Americano fosse criado, e que mecanismos de confiança fossem intensificados entre os países naquele momento.

Entre as questões que se fizeram mais presentes há quase uma década, a UNASUL foi o arranjo institucional que lidou com questões envolvendo atores armados não-estatais, e atores estatais, envolvendo, sobretudo, questões de fronteira. Dentre os desafios, o tema do tráfico de drogas, do fluxo de pessoas (imigração legal e refugiados), bem como o garimpo ilegal e a violência contra comunidades locais, crimes ambientais; foram permanentes ao longo do período, e se intensificaram durante a administração do governo Bolsonaro.

Sendo assim, durante os quatro anos de governo Bolsonaro no poder, houve a desarticulação dos processos de integração regional criados nas gestões anteriores. Entre tais processos, vale destacar que em 2019 Bolsonaro encerrou as atividades da UNASUL, e iniciou tratativas para a criação da PROSUL, com forte articulação entre Brasil, Chile, naquele momento comandado por Sebastian Piñera; e Colômbia, então presidida por Ivan Duque. (O GLOBO, 2019)

Com uma abordagem ideologizada e crítica à instituição, foram sendo desarticuladas e esvaziadas as institucionalidades da UNASUL, até que suas atividades cessaram por completo. Em paralelo, políticas de combate às drogas e de combate ao garimpo, mineração ilegal também foram arrefecidas no período.

Expectativas para a Nova Política Externa Brasileira

A Política Externa do novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá buscar a gradual reinserção do Brasil em diversos debates importantes em nível global, porém terá um olhar muito especial para a América Latina. Isto, pois, é natural que o Brasil recupere sua proeminência em nível regional, sobretudo por ser a maior potência econômica do continente, com 32% do PIB da América Latina. Em reunião com representantes de países da América do Sul, ocorrida em maio de 2023,

¹ Fonte: Parlasul. Unasul. Disponível em: <https://parlamentomercosur.org/innovaportal/v/4503/1/parlasul/unasul.html> Acesso em 20/06/2023.

Lula expressou preocupação com a necessidade de maior cooperação entre as nações em diversas temáticas, fato que trará maior fortalecimento da região como um todo.

Lula reintegrou o Brasil à UNASUL em 6 de abril de 2023. Nesse contexto, o presidente lembrou a UNASUL, criada em 2008, e que, segundo o presidente, foi um órgão que permitiu que as nações se conhecessem melhor. Esse discurso, aliado ao retorno oficial do país à UNASUL, ocorrido em 07 de abril, revertendo uma decisão de 2019, promovida pelo então presidente Jair Bolsonaro de retirar o Brasil do órgão, mostra que a América Latina será um elemento central para o novo governo (BBC, 2023).

Ainda na reunião de maio, o presidente Lula foi categórico em buscar retomar ferramentas e diálogos com vistas a impulsionar a integração regional e destacou 10 propostas para tanto, as quais versavam sobre cooperação financeira e em termos de financiamento; iniciativas com foco em convergência regulatória e desburocratização; atualização de projetos de infraestrutura; ações para o enfrentamento da mudança do clima; ações voltadas à saúde da população, defesa e segurança e energia (FOGERINI, 2023).

O Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi marcado não somente pela estagnação em termos de processos de integração regional, mas, também, por retrocessos, uma vez que a retirada do Brasil de órgãos essenciais para tanto, fez com que o

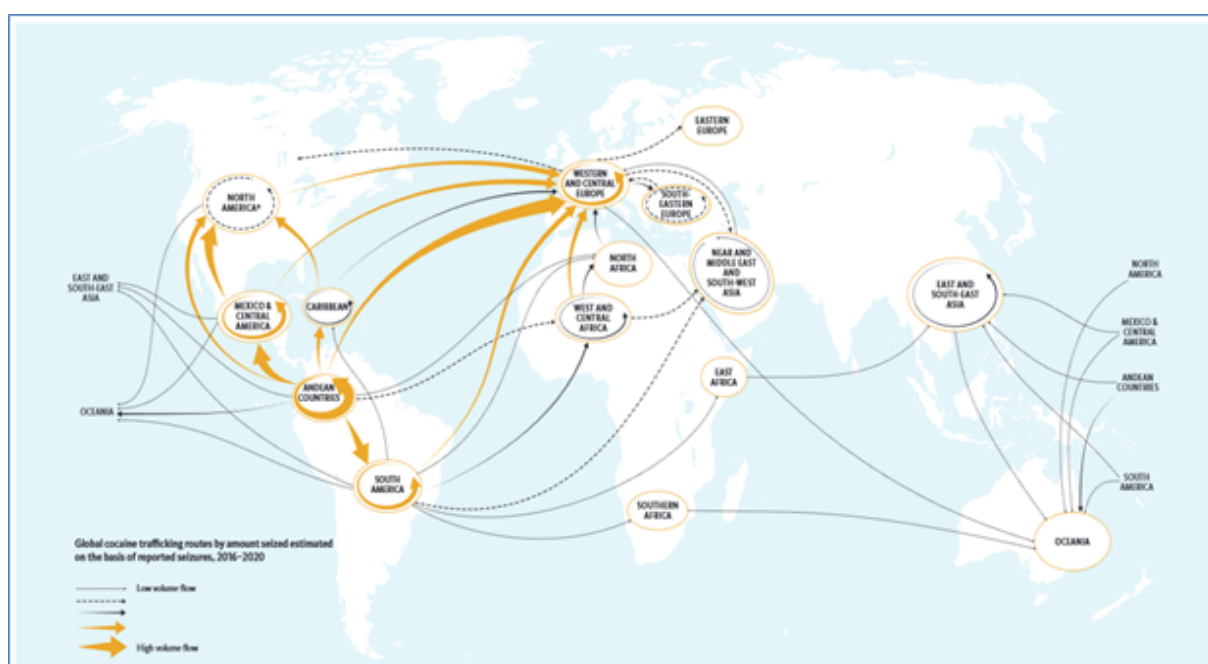
país deixasse de contribuir substancialmente para a evolução do diálogo e cooperação em diversos temas. O reavivamento da UNASUL, que consiste num modelo associativo intergovernamental, em que atores soberanos buscam formular e implementar processos que visam incrementar a integração regional, será peça fundamental nessa nova fase que vive a geopolítica regional, com o aumento do número de governos de esquerda e a busca por maior justiça social e mitigação das desigualdades econômicas na região (BORGES, 2023).

Segurança regional e desafios remanescentes

Os principais desafios para a segurança regional permanecem sendo de ordem transnacional, vinculados ao tráfico internacional de drogas, bem como questões ligadas à mineração e garimpo ilegal, o que causa uma série de prejuízos ambientais e danos às comunidades locais: ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pesqueiras, entre outras.

Sabe-se que na região estão os maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e Bolívia, e que de tais países saem as rotas para o tráfico internacional, via Pacífico até América Central e México, para ingresso nos Estados Unidos e via Caribe e Brasil (região amazônica e tríplice fronteira sul) para ingresso nos mercados europeus.

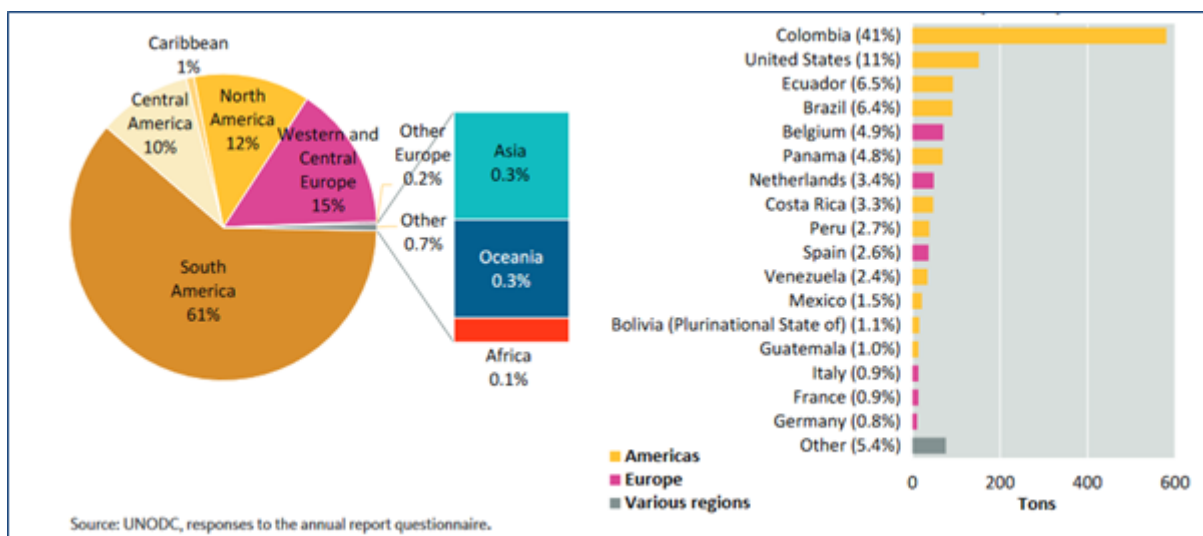
Gráfico 1: Fluxos globais de cocaína (2016-2020)



Fonte: World Drug Report 2022. <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. Acesso em: 24/06/2023

No gráfico a seguir, é possível observar o percentual de drogas apreendidas no continente sul-americano.

Gráfico 2 e 3: Quantidade Global de apreensão de Cocaína por região, sub-região e país

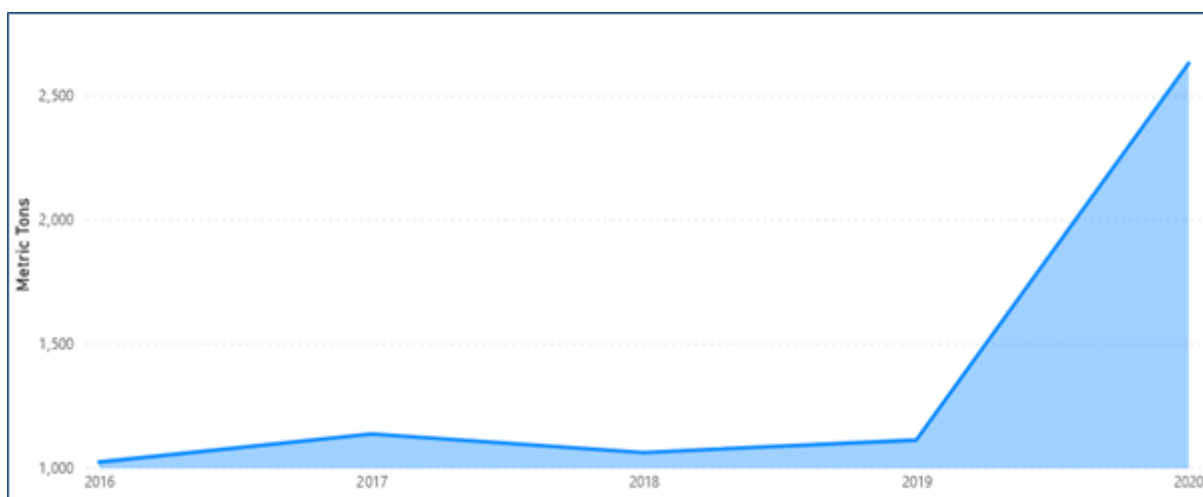


Fonte: World Drug Report 2022. <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. Acesso em: 24/06/2023

Percebe-se que a América do Sul é a região onde houve maior percentual de drogas apreendidas, representando 61%, segundo dados da ONU, 2022. Os países que mais observaram apreensões foram

a Colômbia, Estados Unidos, Equador e Brasil. Isso significa que as drogas circulam com maior intensidade na região, em proximidade às zonas de cultivo.

Gráfico 4: Quantidade Total de Apreensões de Cocaína do continente americano.



Fonte: World Drug Report 2022. <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. Acesso em: 24/06/2023

Neste gráfico acima, é possível observar o aumento exponencial que houve na apreensão de drogas em 2020, possivelmente um reflexo da pandemia, e na dificuldade que os traficantes encontraram para fazer o transporte das drogas neste momento, mediante a diminuição dos fluxos em geral.

As consequências deste fenômeno foram inúmeras para as condições de segurança da América do Sul. Uma chamada “crise de governança” se instaurou, sobretudo na região amazônica, com a confluência de operações vinculadas ao narcotráfico, ao garimpo ilegal e à pesca; que geraram violência e conflitos

contra comunidades locais. Entre os casos mais agudos, estão as comunidades Yanomamis.

Mineração

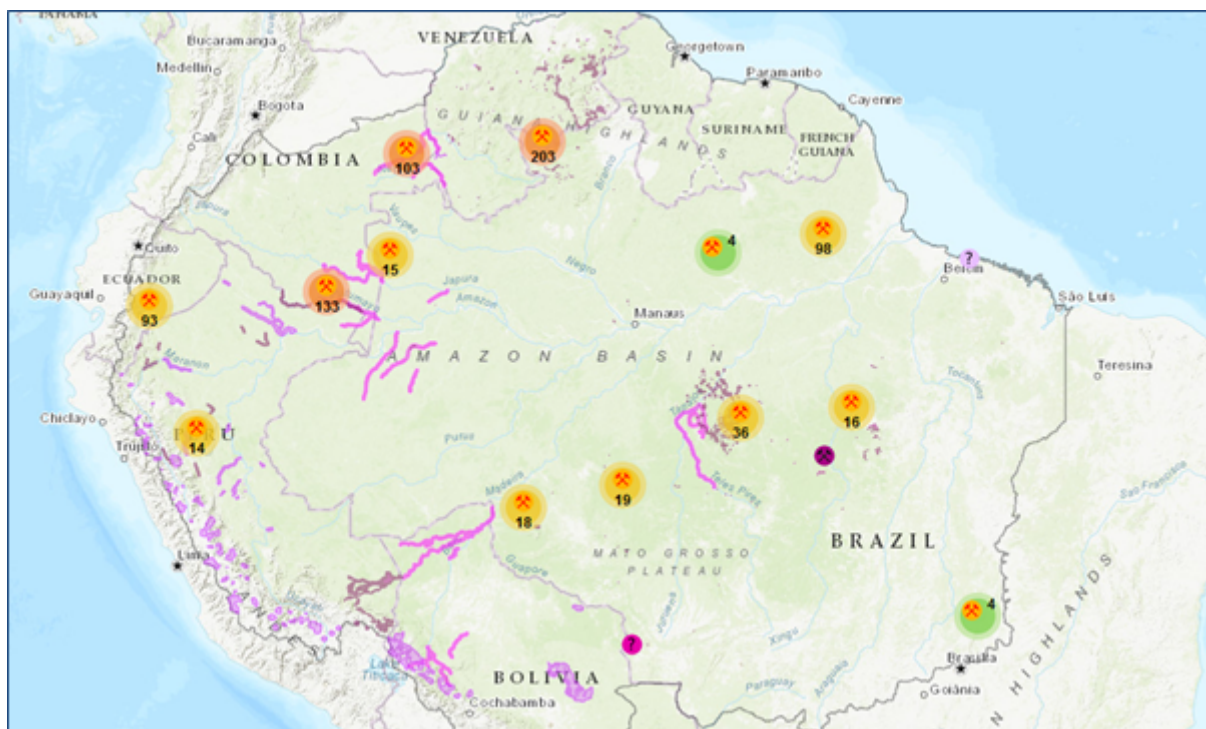
A Bacia Amazônica tem mais de 4,5 mil locais de mineração ilegal. A Amazônia brasileira tem 321 minas de ouro ilegais, ativas e inativas, identificadas nos nove estados que formam a Bacia Amazônica brasileira. O desmatamento da Amazônia aumentou 25% no primeiro semestre de 2020 e a contribuição da atividade mineradora para as taxas de desmatamento aumentou de 4%, em 2017, para 23%, em territórios indígenas, de acordo com dados registrados até 10 de junho de 2020 (INPE). O desmatamento se concentrou em territórios indígenas onde entre

2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107%.

Somente entre 2017 e 2019, 1.174 hectares de floresta foram perdidos em razão da mineração de ouro no território Yanomami e, em 2019, o território teve as maiores taxas de desmatamento dos últimos dez anos, chegando a 418 hectares. O território Munduruku viu o maior aumento no desmatamento em 2020, com um crescimento de 58% no desmatamento referente à mineração, nos primeiros quatro meses de 2020, comparando-se com o mesmo período do ano anterior. (INSTITUTO IGARAPÉ, 2021)

No gráfico a seguir, é possível observar as áreas de garimpo ilegal no território brasileiro e percebe-se a incidência na região amazônica, especialmente nas zonas de fronteira.

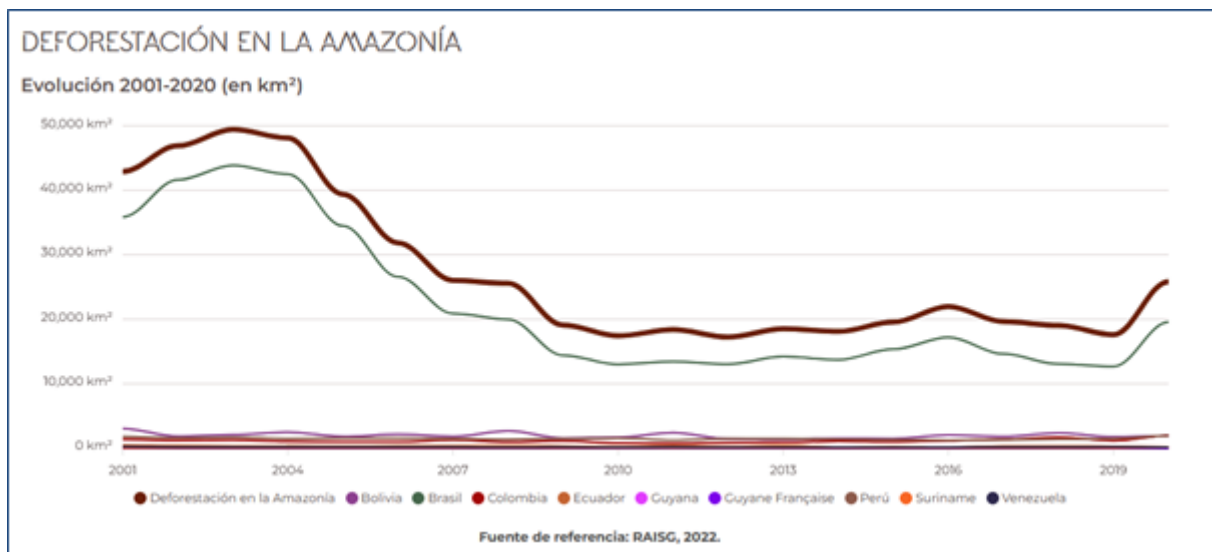
Mapa 1: Áreas, Pontos e Rios com Mineiração Ilegal na Região Amazônica.



Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) 2020 Disponível em: <https://mineria.amazoniasocioambiental.org/> Acesso em 24/06/2023

Percebe-se que entre os países que mais desmatam, o Brasil tem o maior percentual, com aproximadamente uma média de 15.000 km desmatados por ano, e uma intensificação observada em 2020.

Gráfico 5: Desmatamento na Região da Amazônia por país entre 2001 e 2020 (Km²)

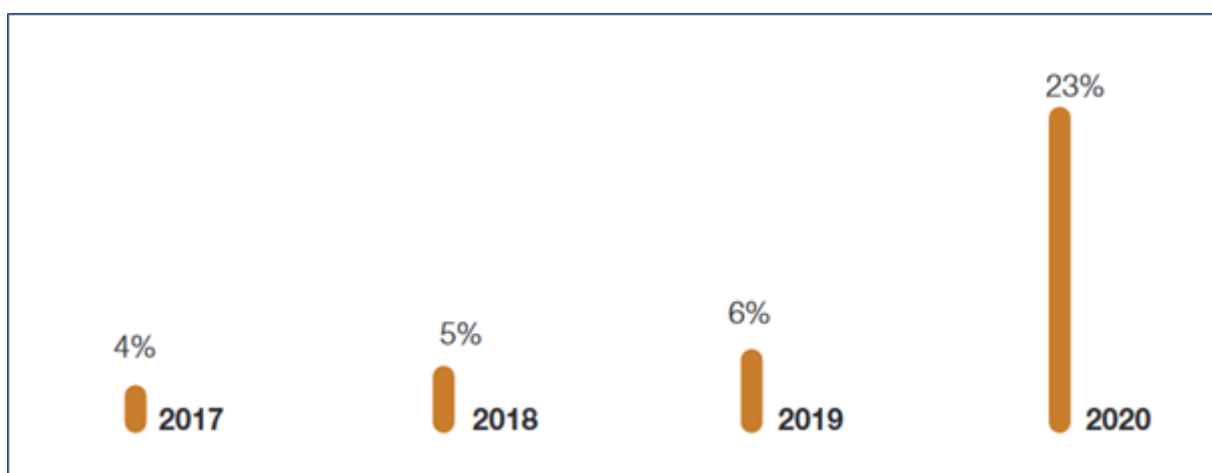


Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) 2020 Disponível em: <https://mineria.amazoniasocioambiental.org/> Acesso em 24/06/2023

Outro dado que nos chama a atenção, como se pode observar no Gráfico a seguir, foi o aumento exponencial do desmatamento em terras indígenas durante o ano de 2020. O percentual passou de 6% para 23%, em apenas um ano. Nesse sentido, o contexto da pandemia, somado a questões

de diretrizes internas, acelerou a percepção de impunidade e intensificou a chamada “crise de governança” na região amazônica.

Gráfico 6: Desmatamento causado pela mineração em território indígena detectado por DETER (INPE) entre 2017 e 2020.



Fonte: Instituto Igarapé. O Ouro Ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia: Uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações indígenas. 2021 Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/05/AE-53_O-ouro-ilegal.pdf Acesso em 2023.

Em documento recém-publicado, Junho de 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, intitulado “Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal” a preocupação com esta “crise de governança” na região também está presente. Veja a seguir o que afirma o documento:

“(…) pelos diagnósticos e informações disponíveis sobre o cenário da violência e da segurança pública na Amazônia, é possível dizer que as capacidades institucionais e os arranjos interinstitucionais das forças de segurança pública e fiscalização ambiental na Amazônia não produzem capacidade operativa ou níveis de integração suficientes para fazer frente ao avanço da criminalidade organizada que cresce na região, seja em relação ao narcotráfico, aos crimes ambientais, seja nas interseções desses dois universos.” (FBSP, 2023: 4)

O estado do Amazonas apresentou a maior taxa de letalidade em 2022, de 33,1/ 100.000 habitantes. Já em 2021, o estado atingiu 36,8/100.000 habitantes, maior índice desde 2009, segundo dados coletados pelo FBSP (2023).

O retrato que se forma a partir dos dados aqui analisados é que a “crise de governança” significa uma maior e mais densa atuação de grupos criminosos organizados na região, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Observem relato no documento do FBSP:

“Esse fluxo de drogas, pelas diferentes rotas disponíveis, tem sido objetivo de disputas entre as duas principais facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Essas disputas atingiram seu ápice entre 2016 e 2017, após o assassinato do importante traficante Jorge Rafaat em Pedro Juan Caballero, em 2016. Naquele momento, o PCC alcançava predomínio nas rotas utilizadas no Centro-Oeste brasileiro, empurrando a atuação do CV em direção ao Norte, onde intensificou o processo de alianças, conflitos e acomodações com facções e outros grupos de origem regional, como a Família do Norte (FDN) ou Os Crias. Neste contexto, a chamada rota do rio Solimões, que passa pela cidade Tabatinga, na tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil, adquire ainda mais importância.” (FBSP, 2023:6)

Assim, observa-se que a região da Amazônia legal tem sido um hub de operações ilegais que se sobrepõem entre si, e cada vez, percebe-se que há conexões entre o garimpo e o narcotráfico. Por meio de uma entrevista com um militar colombiano², foi possível identificar que a fronteira Brasil-Colômbia tem sido marcada por inúmeros incidentes envolvendo narcotraficantes, garimpeiros, violência contra a comunidade indígena local, e exploração sexual em barcos nos rios afluentes, servindo a estas atividades ilegais. Em paralelo, maquinários e especialistas brasileiros em operar máquinas híbridas do garimpo,

têm sido vistos constantemente em território colombiano na região de fronteira com o Brasil.

Finalmente, a partir do que se pode depreender dos dados expostos, percebe-se que a arquitetura de segurança regional que se desenha mescla mecanismos estatais, com fenômenos praticados por atores não-estatais, de natureza transnacional, o que exigirá, portanto, da nova administração, não apenas um resgate, como já foi feito, das institucionalidades de integração, como no caso da UNASUL, mas também um adensamento do diálogo sobre segurança pública e criminalidade transnacional, com uma necessária intensificação das operações militares e policiais conjuntas, compartilhamento dos sistemas de monitoramento e criação de um mecanismo mais ativo e flexível de diálogo entre as autoridades.

Recomendações

(I) A tradição da liderança brasileira nos temas de segurança regional deve ser retomada imediatamente. A reintegração à UNASUL foi o início de uma retomada dos espaços de diálogo e construção de confiança mútua, porém o Conselho de Defesa Sul-Americano também necessita ser retomado, com a inclusão dos exercícios militares comuns e construção de grupos de trabalho para monitoramento dos ilícitos em regiões de fronteira;

(II) A Nova Política Externa Brasileira deve retomar os esforços em torno do fortalecimento democrático na América do Sul, seja fortalecendo as institucionalidades, portanto, o papel do MERCOSUL e da UNASUL, com seus Conselhos, enquanto locus de exercício democrático, seja por meio de fortalecimento do diálogo interagência, entre diferentes agentes internos, como Ministérios da Justiça, aparatos militares e policiais, bem como o diálogo entre organizações da sociedade civil;

(III) As sobreposições entre atividades lícitas, como as conexões entre narcotráfico e garimpo ilegal demandam soluções integradas, no âmbito local, com bases multiuso, munidas de informação e inteligência, com flexibilidade e adaptabilidade para atuar perante os ilícitos. Tais mecanismos apenas serão possíveis de se constituir se houver um adensamento da cooperação em matéria de segurança e defesa entre os países da região;

(IV) Para medidas efetivas em segurança regional, é preciso que se estabeleça um diálogo franco com os países vizinhos, no sentido de incorporar a segurança pública ao debate, no sentido de uma maior articulação entre os Estados envolvidos;

2 A entrevista foi realizada sob confidencialidade, por telefone, em março de 2023

Considerações Finais

O presente *Policy Paper* buscou retomar elementos da tradição brasileira em liderar processos de integração em matéria política e de segurança regional, bem como mostrou o período de inflexão do governo Bolsonaro em mecanismos, como da UNASUL, que já estavam em curso há quase uma década. Com a retomada da liderança brasileira aos temas de segurança regional, com a reincorporação do Brasil à UNASUL, em abril de 2023, muitos desafios não só permanecem, como se intensificaram com a somatória dos anos do governo Bolsonaro e com os anos da pandemia. As taxas de homicídio no estado do Amazonas, os conflitos e violência contra as comunidades indígenas Yanomami, o recrudescimento do narcotráfico e do garimpo ilegal são alguns dos desafios com os quais o novo governo terá que lidar. Os acenos já feitos evidenciam que o caminho da institucionalidade regional é certo, mas é preciso avançar nos esforços de cooperação no âmbito local, para aumentar os índices de segurança humana na região.

Referências bibliográficas

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. O Conselho de Defesa Sul-Americano : objetivos e interesses do Brasil (CDS) / Ana Patrícia Neves Abdul-Hak. Brasília: FUNAG, 2013.

BBC. O que é UNASUL e porque LULA quer reconstruir. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cevn775q5z8o> Acesso em: 22/06/2023

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Da política externa da destruição ao retorno da integração. Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 191. Junho de 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/da-politica-externa-da-destruicao-ao-retorno-da-integracao/> Acesso em 22/06/2023

CASTRO, Helena Salim de. O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas como mecanismo de Integração Regional. 2015. I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana: Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1536/NUPELA%20-%20306-319.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20/06/2023

FORGERINI, Fernanda. Retomada da Unasul será uma política de Estado, avalia especialista. 2023. Opera Mundi. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80951/retomada-da-unasul-sera-uma-politica-de-estado-avalia-especialista> Acesso em 22/06/2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal. 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal/. Acesso em 20/06/2023.

INSTITUTO IGARAPÉ. O Ouro Ilegal que mina florestas e vidas na Amazônia: Uma visão geral da mineração irregular e seus impactos nas populações indígenas. 2021 Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2021/05/AE-53_O-ouro-ilegal.pdf Acesso em 2023.

LYRA, Mariana; MARTINEZ, Elias. O Processo de Dessecutirização do Narcotráfico na UNASUL. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Vol 37, nº 2 maio/agosto 2015. p.661-691 <https://www.scielo.br/j/cint/a/Sb7gmbs8LVS57yyWwRJwyJJ/> Acesso em 20/06/2023.

O GLOBO. Governo Bolsonaro enterra Unasul criada por Lula e adere a novo organismo regional. 07/03/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-bolsonaro-enterra-unasul-criada-por-lula-adere-novo-organismo-regional-23505468> Acesso em 20/06/2023